

ATA DA 207ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 12/12/2018, sob a presidência do Senhor Secretário Adjunto da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Dr. Luiz Ricardo Viegas, realizou-se a 207ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

PAUTA

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 205ª e 206ª Reunião Plenária Ordinária do CADES;
2. Informes;
3. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia:

1. Apresentação “**Atualização do Plano de Saneamento – Manejo de águas pluviais**” pelo Senhor Pedro Algodoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras;
2. Apresentação “**Projetos aprovados pelo CONFEMA**” pelo Senhor Fernando Angelo da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente;
3. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

Anexos:

- Ata da 205ª Reunião Plenária Ordinária do CADES;
- Ata da 206ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Bom dia a todas e a todos, vamos iniciar a nossa 207ª reunião ordinária do CADES, Conselho Municipal, e aqui eu vou passar a palavra para o nosso Coordenador Geral, o Devair, para dar prosseguimento à pauta.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Bom dia a todas e a todos. Nós vamos fazer uma inversão de pauta, por não termos ainda o quórum necessário na manhã de hoje. Eu vou passar para os informes. Panorama das reuniões das Câmaras Técnicas e Comissões Especiais. Informamos que no dia 28 de novembro houve reunião da Câmara Técnica de Elaboração de Pauta, que se reuniu na sala do 10º andar da Secretaria. A reunião foi bem produtiva. O grupo pôde tocar uma linha de relação entre as próximas pautas, que serão abordadas pelo CADES. A Câmara Técnica de Pauta está aberta para que os demais Conselheiros possam enviar sugestões de pautas, para que sejam discutidas nessas reuniões e apresentadas ao Plenário do CADES. Seria muito interessante a participação dos demais Conselheiros nessa Câmara Técnica de Pautas. Segundo informe: Eleições dos Conselhos Regionais do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz. Inscrições para a eleição do CADES Regional de Campo Limpo estão abertas até o dia 3 de janeiro de 2019, com a eleição prevista para 3 de fevereiro de 2019. Quem tiver amigos que possam fazer uma comunicação nessa Subprefeitura, porque não está tendo muita adesão das pessoas nos CADES Regionais. Seria muito importante começar a fazer um movimento do CADES para que nós possamos ter pessoas participando desse processo eleitoral. As inscrições também do CADES da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo estarão abertas no período de 14 de janeiro de 2019 a 13 de fevereiro, com as eleições previstas para dia 14/03 de 2019. Se alguém também conhecer pessoas interessadas a participar dessas duas regiões de Ermelino Matarazzo e Campo Limpo, por gentileza avisarem, para que possam participar desse processo eleitoral, que é muito importante nas Subprefeituras.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Só por uma questão de ordem, eu não queria perder essa oportunidade. Você está falando dos CADES Regionais e eu acho que é importante que todos tenham ciência disso, mas na semana passada - ou retrasada -, nós tivemos uma reunião do lançamento dos polos nas Subprefeituras, com relação à questão dos resíduos sólidos. Está se montando uma estratégia de que os CADES Regionais das Subprefeituras participem de um projeto específico com a AMLURB e com as Subprefeituras. Inclusive acho que amanhã teremos uma reunião na Secretaria com a AMLURB e, para tanto, o CADES Regional - e a gente sabe que o CADES Regional está

muito desestimulado. Por quê? Porque as pessoas pensam: "bom, eu vou fazer um CADES. Eu sou do Conselho, não tenho finalidade nenhuma, não participo de nada". A estratégia da Prefeitura - e mais especificamente para esse projeto de resíduos -, nós estamos querendo definir uma estratégia com o CADES Regional como sendo um dos atores importantes nessa estratégia com relação a resíduos. É importante também que os CADES Regionais estejam atuantes. Recentemente, nós tivemos um trabalho da Secretaria junto ao CADES. Só para ter uma ideia, tinha apenas dez CADES Regionais funcionando. É isso Meire? Dez. Teríamos que ter trinta e dois. Ou seja, um terço dos CADES da cidade estão teoricamente operando, estão sendo ativos. Não estou dizendo que não estão instalados. O importante é, além de instalar, é que tenham atribuições ao Conselho. Eu queria destacar a importância, e vocês nos ajudarem nessa multiplicação, nessa conscientização da importância do CADES Regional. A Prefeitura está tentando buscar algumas ações objetivas; e eu gostaria de aqui dar um pouco mais de ênfase nesses CADES Regionais, para que eles tenham de fato uma ação pontual.

Cons. Meire de Abreu - Meire, do Departamento de Educação Ambiental. A gente está fazendo um trabalho e eu vou estar apresentando esse projeto na nossa próxima reunião, vou colocar em pauta. Mas essa capacitação, na verdade, são dos CADES que foram eleitos. Estamos fazendo um trabalho antes daqueles que já estão formados. Então, já existe os CADES formados. Tem alguns CADES já bem atuantes, mas esses que estão eleitos agora estamos fazendo essa capacitação, até para que a gente trate a educação como um primeiro ponto e levando as estratégias para os territórios. E como o Secretário falou, é fundamental a presença dos CADES Regionais nesse polo de educação ambiental, tanto para tratar de resíduos, que é o que a gente acertou com a AMLURB e com as Subprefeituras, mas não só resíduos e sim como educação ambiental para o território, vendo todas as falhas e o que a gente pode trabalhar junto com vocês. Obrigada.

Cons. Ivo - Muito boa a sua fala, Secretário. Ivo, Leste 1. Eu tive a sorte de iniciar os CADES na cidade de São Paulo, junto com algumas pessoas que, inclusive junto com a Rute, mais um grupo de pessoas. O CADES só funciona se o Prefeito Regional tiver interesse em ajudar a tocá-lo. Vou dar um exemplo: Itaquera, a reunião de CADES não é feita na Prefeitura, é feita numa Casa de Cultura, pela coordenação que uma Vereadora tem no território. Tem que falar a verdade, porque se não se efetivar isso, é muito complicado. Eu acho que esse diálogo tem que partir da Secretaria para com os

Prefeitos Regionais, para que eles se apoderem, para que realmente o vínculo do pessoal do CADES cresça. Esses projetos são bons e podemos acrescentar mais. Tem o Comitê da Dengue, que está sendo criado em todas as Subprefeituras, que envolve também a Secretaria do Verde. O nosso a gente toca há um ano. Seria excelente colocar alguém do CADES como ator. Obrigado.

Cons. Marc Bujnicki Zabliith - Meu nome é Marc, sou da CIRANDA, região Sul. Uma dúvida: essa discussão a respeito dos resíduos sólidos ela vai envolver as concessionárias de lixo, de coleta de lixo? A minha dúvida se fundamenta no seguinte ponto: existe um conflito de interesse inerente das concessionárias de lixo, que recebem por tonelada recolhida, e qualquer outro projeto que destine o lixo para reciclagem ou para reutilização, ou, enfim, qualquer outra finalidade. A minha dúvida é se existe algum casamento nessa discussão com os contratos de concessão, porque senão fica um conflito de interesse que, em geral, as concessionárias de coleta de lixo vão vencer.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Eu só queria esclarecer. Primeiro, que esta administração do conflito quem faz é a AMLURB e a ela está muito bem definida e montada uma estratégia com relação às metas de redução no RECICLA SAMPA. Com certeza, ela tem pontuado as concessionárias e todos os atores importantes na ação de resíduos, com o intuito de buscar redução. Isso é um gerenciamento que a AMLURB vem atuando e aí eu afirmo aqui textualmente de que é este compromisso, até porque existe uma orientação do Prefeito e um acompanhamento muito claro com relação a essa questão dos resíduos, não esquecendo que resíduos sólidos na cidade de São Paulo é um dos maiores vetores ou um dos maiores estimuladores da emissão. Então, é um esforço da Prefeitura em buscar uma solução nesse sentido. A AMLURB tem pautado isso com bastante determinação e acompanhado a política das concessões. Inclusive este projeto que eu citei aqui rapidamente ele está já em fase de crescimento do projeto, desses polos, envolvendo os Subprefeitos, que sabemos da importância deles nessa articulação e, nesse sentido, sabemos também que devemos incorporar neste movimento os CADES regionais. A ideia é que a gente tenha uma estratégia utilizando os polos, através dos Subprefeitos, com o CADES, a Secretaria ou a AMLURB, enfim, como uma das estratégias com relação à questão das ações voltadas à de resíduos sólidos.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) – Dando continuidade aos informes, o Estudo de Viabilidade Ambiental - EVA Terraplanagem Teixeira Ramos Empreendimentos e Participações está à disposição dos interessados para consulta e solicitação de

audiência pública até o dia 13 de janeiro de 2019. Quero passar, nesse momento, a palavra para a nossa Conselheira Rosélia, que fará um informe sobre o Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres - PLANPAVEL. Por gentileza, Conselheira.

Cons. Rosélia - Bom dia. Só um informe, porque há uma proposta aqui dentro do CADES de se formar uma Comissão de Acompanhamento dos trabalhos sobre o Plano do Sistema de Áreas Verdes do Município de São Paulo. O informe é que na reunião que foi levantado isso, que a gente teria que aguardar ainda a formação dessa comissão por conta de que a Secretaria está se organizando para criar um grupo de organização, vamos dizer, desses trabalhos. A informação que eu tenho é que em 10 de novembro foi publicada a Portaria 63, de 2018, em que se criou já o GT, um Grupo de Trabalho interdepartamental. Então, são dos Departamentos da Secretaria do Verde, que têm um prazo de noventa dias para elaborar e desenvolver o planejamento e organização das atividades visando a formulação do Plano Municipal de Áreas Protegidas e Áreas Verdes e Espaços Livres. A nossa proposta é que noventa dias - a gente vence em fevereiro de 2019 - e que a partir daí a gente formaria essa Comissão de Acompanhamento aqui no CADES, tanto de membros do CADES quanto de pessoas que queiram também integrar essa Comissão. Esse grupo já fez duas reuniões e está avançando no trabalho, de forma a conseguir cumprir esse cronograma, essa nossa proposta.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Só para fazer algumas considerações que eu acho que é importante para o Conselho, o SAPAVEL, que é este plano, ele é parte do projeto do SAMPA VERDE, ou seja, é uma das ações que há um acompanhamento institucional por parte inclusive da gestão, do Prefeito. Esse desenvolvimento deste plano, e sua concretude, é parte de uma das ações da nossa meta, que é o SAMPA VERDE. Eu queria reforçar o posicionamento e as informações da Rosélia de que em noventa dias nós estaremos com uma proposta e que o CADES também esteja envolvido, participando desse processo. Eu queria mais uma vez convidá-los a participar desse processo, até porque ele está muito ativo. Estamos fazendo vários seminários internos. Seria importante a participação dos Conselheiros neste acompanhamento deste plano do SAPAVEL, que é uma das ações do projeto do SAMPA VERDE.

Cons. Rosélia - Só complementando ainda o que o Ricardo falou: na verdade, também vai se criar dentro de noventa dias um GT Intersecretarial, porque haverá a participação de outras Secretarias, devido ser um plano bastante amplo. Por enquanto, a gente está

trabalhando com uma equipe interna exatamente para criar esse nível de organização para poder entender um pouco, definir metas da onde a gente quer chegar, porque é um trabalho muito complexo e amplo e que necessita essa organização inicial.

Rute Cremonini (Secretária Executiva) - Rute, Secretária Executiva. Só para lembrar que já existe uma Comissão especial aprovada no CADES, portanto já é resolução, e os Conselheiros que quiserem, já demonstrando interesse de participar a partir da apresentação desse GT Interdepartamental, já podem mandando seus e-mails e se agregando ao grupo. Obrigada.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Prosseguindo os trabalhos dessa manhã, nós vamos fazer uma inversão do primeiro ponto de ordem do dia. Iremos passar a palavra nesse momento para o Senhor Fernando Ângelo, da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, que fará a apresentação sobre projetos aprovados pelo CONFEMA. Por gentileza, Senhor Fernando, a palavra é do Senhor nesse momento.

Fernando Ângelo - Boa tarde a todos e todas. Vou passar aqui hoje as aprovações que foram feitas no FEMA no período de 2018. Os primeiros slides são ratificações do ano passado de alguns projetos e eu vou falar o tema e o valor que foi aprovado pelo CONFEMA. Primeiro projeto, "Projeto-piloto de monitoramento de parques e áreas verdes da cidade de São Paulo com a utilização de imagens de satélites tratadas por algoritmos" . No valor de R\$ 300.000,00, e hoje se encontra no DEPLAN 3. "Projeto de modernização de equipamentos e sistemas de informatização do licenciamento ambiental", no valor de R\$ 1.100.542,40, se encontra no DECONT 24. Esse projeto já está finalizado, foi a compra dos PCs, dos equipamentos para o DECONT e a capacitação dos fiscais que atuam nas pontas. "Implementação do projeto de defesa e proteção do patrimônio ambiental visando a contenção de erosão e drenagem que compromete as instalações do Parque do Carmo", foi aprovado um valor de R\$ 403.971,27. "Implementação de projetos de defesa de proteção do patrimônio ambiental visando a contenção de erosão no Viveiro do CEMUCAN", o valor aprovado pelo CONFEMA foi de R\$ 95.082,85. "Projeto de investigação em áreas de interesse ambiental na Avenida Embaixador Macedo Soares, 6000, Vila Leopoldina, antiga Usina de Compostagem", o valor aprovado foi de R\$ 350.000,00 e se encontra no DECONT 2. "Projeto de implantação do inventário de gases de efeito estufa previsto na Política de Mudanças Climáticas do Município de São Paulo", o valor aprovado foi de R\$ 2.000.000,00. Hoje se encontra no Gabinete, está em fase de reformulação. "Projeto de implantação do Parque do

Tatuapé", o valor aprovado foi de R\$ 441.102,14, se encontra no DEPAVE 1. "Implantação do Parque Nair Bello, fase 1". O projeto básico é de cercamento, instalação elétrica, hidráulica e equipamentos. Valor aprovado foi de R\$ 3.332.143,01, se encontra no DEPAVE 1. Tem alguns projetos que foram aprovados pelo CONFEMA que também foram aprovados pelo FMSAI; então, eles estão aprovados pelo CONFEMA, mas estão sendo feitos pelo FMSAI. Esse é um deles. "Projeto de implantação do Parque Anhanguera, fase 2: sistema de tratamento de efluentes", o valor aprovado foi de R\$ 2.939.518,37, também se encontra no DEPAVE 1, mas também está sendo feito pelo FMSAI. "Projeto de finalização de implantação do Parque Anhanguera", envolvendo a automação dos sistemas de abastecimento de água. O valor foi aprovado de R\$ 628.348,57. Se encontra no DEPAVE 5, mas também está sendo utilizado recursos do FMSAI. Foram aprovados o ano passado cinco minutas de editais, que foram iniciadas como processo físico, só que na época nós estávamos em transição para o SEI e esses processos estão parados hoje no DPP para passar para o SEI e pegar pessoas capacitadas para poder tocar essas minutas. Hoje elas estão paradas, mas a partir do ano que vem nós vamos começar a tocar esses cinco editais junto com o pessoal da UMAPAZ e do DEPAVE. O primeiro é a minuta de edital do FEMA 12: "Termo de fomento para a agroecologia na Zona sul e Leste. O valor aprovado foi de R\$ 750.000,00 e se encontra no DPP 2. A segunda minuta de edital do FEMA 14 é o "Termo de fomento de educação ambiental Billings e Guarapiranga", o valor aprovado foi de R\$ 600.000,00. Tem mais as três minutas. Uma é o FEMA 13, o 16 e o 15. O 13 é "Termo de fomento para agricultura urbana", no valor de R\$ 500.000,00; "Termo de fomento ao mapeamento e roteiro turístico", no valor aprovado de R\$ 270.000,00, e o "Termo de fomento de hortas pedagógicas", no valor de R\$ 250.000,00. "Projeto de investigação em áreas de interesse ambiental objetos de ocupação irregular, na Avenida Presidente Wilson, 6741", valor aprovado foi de R\$ 210.671,10. Está em DAF 4. "Projeto-piloto de diagnóstico e tratamento fitossanitário da população arbórea da cidade de São Paulo", o valor aprovado foi de R\$ 800.000,00. Ele está em DEPAVE G. "Projeto de adequação de implantação do Parque Raul Seixas", foi aprovado um valor de R\$ 1.021.157,63, está em DEPAVE 1. "Projeto de implantação da fase 1 do Parque Municipal Nascentes do Ribeirão Colônia", o valor foi aprovado de R\$ 323.640,26. Também está sendo utilizado recursos do FMSAI. "Projeto de plantio e manutenção de mudas de árvores no Município de São Paulo", o valor aprovado foi de R\$ 9.800.922,24, se encontrar em DEPAVE. O "Projeto de biodiversidade do Trianon e retomada: enriquecimento da vegetação e controle de invasão biológica no Parque Municipal

Tenente Cerqueira Campos, em São Paulo", o valor aprovado foi de R\$ 1.876.564,88, se encontra em DEPAVE 5. A partir daqui, é segurança e manejo, que foram aprovados esse ano. "Projeto de contratação de serviço de segurança patrimonial desarmada do grupo Leste São Mateus", valor de R\$ 1.434.276,16. "Projeto de contratação de serviço técnico de zeladoria do grupo Sul", valor de R\$ 808.442,82. "Projeto de contratação de serviço de segurança patrimonial desarmada do grupo Orla", valor aprovado foi de R\$ 2.283.812,60. "Projeto de contratação de serviço de vigilância grupo Sul", no valor de R\$ 1.447.887,54. "Projeto de contratação de serviços de vigilância do grupo Itaquera", no valor de R\$ 1.843.876,64. "Projeto de contratação de serviços de segurança patrimonial desarmada para o Parque Chácara do Jockey, Pôr do Sol, Tatuapé e Guavirituba", valor aprovado de R\$ 636.765,27. "Projeto de contratação de serviços de vigilância grupo Norte", o valor aprovado foi de R\$ 1.440.606,50. "Projeto de contratação de serviços de vigilância patrimonial e monitoramento do Parque do Carmo", valor aprovado de R\$ 1.315.802,74." Projeto de contratação de serviços de segurança patrimonial desarmada o Parque Ibirapuera", valor de R\$ 3.098.111,48. "Projeto de contratação de zeladoria do Parque Ibirapuera", valor de R\$ 2.518.365,02. "Projeto de contratação de serviços de vigilância patrimonial e monitoramento do Parque Clube do Chuveiro", valor de R\$ 637.080,16. "Projeto de contratação de serviços de vigilância patrimonial e monitoramento do grupo Nordeste", R\$ 1.878.865,84. "Projeto de contratação de serviço de vigilância patrimonial e monitoramento do grupo Campo Limpo", R\$ 928.389,94. "Projeto de contratação de serviços de vigilância patrimonial e monitoramento nos parques naturais municipais Itaim, Varginha, Jaceguava e Bororé", R\$ 1.576.985,42. "Projeto de prestação de serviço de manejo grupo Norte", valor de R\$ 684.758,41. "Projetos de contratação de manejo grupo Sul", R\$ 795.441,18. "Projeto de contratação de serviços de vigilância grupo Oeste", R\$ 2.360.228,18. "Projeto de contratação de serviços de vigilância Parque Municipal Anhanguera", R\$ 1.899.320,90. "Projeto de contratação de serviços de vigilância grupo Leste", R\$ 2.962.590,00. "Projeto de contratação de zeladoria grupo Centro-Oeste", R\$ 615.943,27. "Projeto de contratação de zeladoria grupo Leste", R\$ 1.222.960,44. "Projeto de contratação de manejo grupo Centro-Oeste", R\$ 753.101,14. "Projeto de contratação de serviços de segurança patrimonial desarmada do grupo Centro", R\$ 1.715.488,96. "Projetos de rotas acessíveis, acessibilidade Parque Ibirapuera", R\$ 908.670,12. "Projeto de serviços de obras para continuação da primeira fase de ampliação do Parque Independência e colocação de grades, na Avenida Nazaré", R\$ 1.718.698,55. "Projeto de plano de manejo da Área de

Proteção Ambiental APA Bororé-Colônia", R\$ 1.580.935,90, encontra-se no DEPAVE 8. O total de projetos aprovados foram quarenta e sete projetos, no valor de R\$ 66.961.987,05. Para vigilância e manejo foram R\$ 34.859.100,61. Os projetos que englobam os DEPAVE's R\$ 22.509.236,23. Projetos que estão sendo utilizados recursos do FMSAI que também foram aprovados pelo FEMA, R\$ 7.223.650,21 e os editais são R\$ 2.370.000,00, esses vão acabar passando para o próximo ano. Alguma pergunta? Alguma colocação?

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Obrigado, Senhor Fernando. Vamos abrir para considerações dos Conselheiros. Os Conselheiros que tiverem alguma consideração nesse momento, por gentileza, o uso da palavra, falando o nome e entidade que representa.

Cons. Pedro Algodoal - Bom dia, eu sou representante da SIURB e eu integro o Conselho Gestor com a SABESP e tem representante também da Secretaria do Verde, mas eu acho que a gente vendo aí a abrangência das intervenções do DEPAVE, acredito que podíamos até agregar alguma coisa na programação de obras da SABESP para 2019/2020, que a gente está conversando agora. O tipo de ação que a gente tem conversado seria, no caso de parques, seria pedir a despoluição de alguns deles. Em princípio, no Parque Canivete, Parque Linear Canivete, o Caucaia e um terceiro que eu não me lembro, mas se houver algum interesse, alguma indicação de outros parques, eu gostaria de poder encaminhar isso ainda para a SABESP, para entrar na programação deles. Acho que é uma possibilidade que a gente não pode perder.

Fernando Ângelo (SVMA DPP.2)- Todas essas colocações teriam que ser conversadas com os técnicos de DEPAVE, os técnicos da Secretaria. Eu sou assistente técnico do FEMA, eu só cuido da parte de aprovações e dos editais; faço a prestação de contas dos editais. Essa parte técnica de qual projeto vai ser levado para onde, aí não caberia ao FEMA. O FEMA poderia até indicar mandar para a SABESP.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Por favor, obrigado pelas suas considerações, mas isso a gente já está, de uma forma, a Secretaria está articulada inclusive no grupo da SABESP. Todas essas orientações que estão dadas e o que estão complementadas, a gente já está fazendo acompanhamento tanto do recurso do FEMA como do contrato da SABESP. A gente já está indicando exatamente isso. Ela já está articulada, para que a gente pegue o recurso de um e que aproveite, às vezes, o recurso do próprio contrato da SABESP. Estamos acompanhando isso.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, o Senhor Lucas, gestor da APA Capivari Monos, Lucas Longo, por gentileza, a palavra.

Lucas Longo - Bom dia a todos. É um prazer estar aqui novamente no CADES, importante colegiado onde a gente consegue decidir coisas sobre a cidade. Saudar a Secretária Executiva e os Conselheiros. Meu nome é Lucas, eu sou gestor da Área de Proteção Ambiental APA Capivari-Monos, que é a primeira unidade de conservação de uso sustentável do Município. Ela representa mais ou menos um sexto do Município e juntamente com uma APA vizinha, que é a APA Bororé-Colônia, a gente representa um quinto do Município de São Paulo. E é nessa região onde está a maior parte das Unidades de Conservação municipais por meio dos parques naturais municipais ao longo do Rodoanel, do trecho sul. Aproveitando a oportunidade da apresentação do Fernando, que traz os projetos que foram aprovados neste ano, e destacar o papel que já ocorreu no passado - no passado não muito longínquo - de editais específicos para as Unidades de Conservação, tanto para a APA Bororé-Colônia quanto Capivari-Monos. E destacar a importância do papel desses editais específicos para que a gente faça o fortalecimento regional especialmente no extremo sul, onde os vetores de expansão estão a torto e à direita - vamos usar uma linguagem coloquial. E é também um momento importante, que a gente vem integrando tanto as entidades quanto também fazendo a interface conjunta com os CADES Regionais tanto de Capela do Socorro quanto de Parelheiros. E, nesse sentido, a gente vem fazendo a integração dos Conselhos Regionais da Zona Sul. Talvez seja algo pioneiro: a primeira vez que a gente está fazendo a integração dos Conselhos para que a gente se comunique, se entenda, que cada um saiba da sua responsabilidade e a gente venha a fortalecer essas ações. E, por fim, nesse sentido, tanto a APA Capivari quanto a Bororé, ela reativou uma Câmara Técnica, que é a Câmara Técnica de Gestão Socioambiental, já com o compromisso de ser um encontro onde a gente possa se tornar um manancial de projetos e de colaborar para que esses projetos socioambientais sejam implantados especialmente no extremo sul. Que o FEMA olhe para esses editais específicos no ano que vem, porque projeto a gente tem, vontade a gente tem, e é extremamente importante se a gente recebesse esse apoio. Agradeço a atenção de todos. Obrigado.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Com a palavra, o Conselheiro Marc.

Cons. Marc Bujnicki Zabliith - Bom dia a todos novamente, meu nome é Marc, da CIRANDA, região Sul. Eu gostaria de convidar o CADES, o Conselho, a fazer uma reflexão

acerca do papel do FEMA. A partir da apresentação do Fernando, ficou bastante patente que no último ano o FEMA foi utilizado principalmente para custear despesas ordinárias da Secretaria. As questões de zeladoria e de segurança realmente são despesas normais da Secretaria e que a contratação desses serviços poderia ser feito com recursos orçamentários e utilizando a estrutura normal de licitações, a estrutura administrativa normal da Secretaria. Até me pergunto: faz sentido a gente ter um Fundo Especial, com uma governança específica, tudo, para custear despesas do dia a dia da Secretaria? Esse é um questionamento que não é novo. Eu sei de outros Conselheiros de outras composições do CADES, que essa questão já foi abordada no passado, que inclusive foi objeto de inquérito civil lá no Ministério Público, para ver se os recursos do FEMA estavam sendo aplicados ou não de acordo com a lei. Eu resgatei aqui a Resolução 188 do plenário aqui do CADES, que foi aprovada em janeiro desse ano, e eu procurei aqui quais eram os temas que estavam contemplados, para os quais os recursos do FEMA deveriam ser destinados. Eu não encontrei aqui verbas de segurança. Tem questões de manutenção e tudo o mais, mas acho que uma rubrica que consome, digamos, quase 50% do Fundo e não está contemplada na Resolução que faz a destinação dos recursos, eu acho que existe um descasamento aí muito grande. Acho que para o próximo ano, para 2019, eu imagino que isso vá ser motivo de deliberação novamente no começo do ano que vem, a destinação dos recursos. Eu acho que a gente deveria retirar essas despesas de custeio do FEMA, porque a Secretaria ela por si só ela tem inclusive mais competência para fazer projetos, para fazer licitações, para contratar esse tipo de serviço. Não faz sentido a gente manter o FEMA para esse tipo de despesa. Acho que esse é o principal questionamento. Gostaria de ouvir o que a Prefeitura tem a dizer e tudo. Eu acho que é a questão seguinte: se existe um problema orçamentário, eu acho que a gente precisa levar isso para a Câmara dos Vereadores. Talvez o CADES possa fazer isso institucionalmente, mas a gente não pode usar esses recursos para cobrir o buraco do orçamento da Secretaria. Obrigado.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Posso responder? Primeiro, as suas considerações são pertinentes. Eu acho que você faz as suas observações e a gente respeita aqui, como Executivo, estamos prestando conta do que a gente fez. Com relação a essas decisões, são decisões da Municipalidade. Não é uma decisão só da Secretaria. Existem decisões da Secretaria da Fazenda, decisões orçamentárias do Município, que sabem das dificuldades, e tudo isso não foi uma deliberação exclusiva da Secretaria. É uma decisão de Governo, da Secretaria da Fazenda, do Prefeito. O que nós

estamos aqui é apresentando aos Senhores, e as considerações de questionamentos nós aceitamos, mas a gente assume também posicionamentos com relação a isso. Em virtude das dificuldades orçamentárias que o Município passa, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente passa e outras Secretarias passam, foram tomadas algumas decisões em virtude das necessidades e das demandas que são grandes com relação à gestão da cidade. Eu acho que as suas considerações a gente acata, está registrado. Nós temos o CONFEMA, nós temos o FEMA mostrando exatamente onde foi aplicado o recurso e estamos à disposição para esclarecer qualquer outra dúvida em relação a isso. Inclusive se houver necessidade de responder ao Ministério Público, também não há nenhum problema com relação a isso.

Cons. Lúcio Fleury - Lúcio Fleury, do Instituto de Arquitetos do Brasil, São Paulo. Dando continuidade um pouco às considerações do Marc, eu acho que é o nosso dever aqui no CADES fazer um acompanhamento realmente cuidadoso com os recursos do FEMA, embora a gente não seja aqui o CONFEMA em si, mas eu acho que eu faria uma sugestão para nós deixarmos um pouco mais claro na hora da apresentação, por exemplo, dos recursos sobre o que foi de fato para cobrir algumas despesas que são mais ordinárias, como segurança, por exemplo, e muitas outras que apareceram aí e frisar, enriquecer muito essa apresentação aqui para nós, o entendimento também, ver o que de fato está indo para compensação ambiental, porque ele é um Fundo que está aí para cobrir isso, no meu entendimento, acho que o papel mais importante do FEMA é a compensação ambiental de empreendimentos que muitas vezes destroem, suprimem alguma vegetação ou fazem de qualquer coisa que venha ocasionar algum prejuízo ambiental. A compensação desses prejuízos que a cidade vai levando ao longo do tempo é importantíssima. Só para concluir, fica essa sugestão para a gente deixar enriquecer a apresentação, discriminando um pouco melhor o que de fato está em compensação e o que "olha, esses Fundos, parte desse Fundo, sei lá, 66% foi destinado a ajudar a complementar o orçamento da Secretaria etc". Acho que fica mais fácil. Obrigado.

Fernando Ângelo - Fernando, Assistente Técnico do FEMA. As compensações ambientais elas entram como recursos para o FEMA, ou a própria instituição faz a compensação, doando alguma coisa. Quando entra no FEMA a compensação ambiental, ela entra como dinheiro e ela vai ser destinada a algum projeto. Só respondendo o dele, complementando o do Viegas, o recurso do FEMA ele está liberado pela PGM. Tem um

parecer da PGM em todos os processos de manejo e vigilância, que não vê óbice em utilizar o dinheiro do FEMA para suprir essa necessidade da Secretaria. Se o Senhor quiser, você pode ir lá e eu te mostro todos os processos e o parecer da PGM dando o aval para a utilização do recurso do FEMA. E quando ele entra no Fundo, ele entra no montante total. Eu não tenho como falar para você: "olha, esse pessoal aqui é só para compensação ambiental". Ele entra como projeto, qualquer projeto que caiba ao FEMA. Essa apresentação aqui era só para relacionar quais são os projetos que foram aprovados, mas eu vou colocar aqui uma situação que a própria sociedade civil pode mandar projetos para o FEMA. Hoje tem a Lei 13.019, o Marco Regulatório. Eu participei desde 2014 de todo esse processo do Marco Regulatório, que a própria sociedade civil teve essa mobilidade junto com a Prefeitura. Sabe quantos projetos da sociedade civil chegaram no FEMA? Nenhum. Eu estou para conversar agora com a Cristina Antunes. Ela já foi Conselheira do CADES. Estou para conversar com a Magna, que é Conselheira do FEMA, para tentar ajudar ela a mandar algum projeto para o FEMA, para sair algum edital. Esses editais foram criados o ano passado pelos próprios técnicos da Secretaria. Convido a todos que quiserem saber como mandar um projeto para o FEMA, principalmente o pessoal da sociedade civil, a ir na Secretaria, que lá eu tenho um relatório que fala passo a passo de como mandar, fala sobre o Marco Regulatório, que hoje tem três tipos de parceria. Não é mais convênio. Seria fomento ou colaboração ou cooperação e tudo isso eu tenho lá na Secretaria. O DPP está aberto, o FEMA está aberto para todos que quiserem apresentar projetos para o FEMA, que nós estamos precisando. Não sei se eu respondi tudo, se tem mais alguma questão.

Cons. Pedro Algodoal - Já que você abriu essa possibilidade, eu trabalho na SIURB com drenagem, e a gente tem recebido vários pedidos de vários caminhos de renaturalização de córregos. Na verdade, na Secretaria a gente não tem como acolher esses pedidos porque a gente faz obras de controle de cheia. Talvez fosse o caso de encaminhar para a Secretaria do Verde esse tipo de coisa. Em geral, são pequenas intervenções, abertura de um trecho do córrego, requalificação ambiental da área, da APP. Esse tipo de projeto a gente pode encaminhar, sim.

Fernando Ângelo - Fernando, Assistente Técnico do FEMA. Sim, pode ser encaminhado. Vai ser analisado, vai passar pelo Gabinete, eles vão ver se cabe ou não no FEMA e, se couber, daria para ser feito, sim. Sem mais, muito obrigado a todos.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Obrigado, Fernando, pela apresentação. Vamos passar agora para o segundo ponto da ordem do dia: apresentação sobre atualização do Plano Municipal de Saneamento - Manejo das Águas Pluviais, pelo Senhor Pedro Algodoal, da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras. Por gentileza, Senhor palestrante, seja bem-vindo e está com a palavra nesse momento. Muito obrigado.

Cons. Pedro Algodoal - Bom dia a todos. Essa apresentação ela complementa aquela apresentação que o Marco Palermo fez sobre o Plano de Saneamento. O Plano de Saneamento integra ações de drenagem também, mas ele está em elaboração e agora eu vou apresentar as ações específicas de drenagem que são feitas principalmente na Secretaria, na SIURB, e como é que isso é feito de uma maneira integrada com também as outras ações de saneamento, que seriam abastecimento, tratamento de esgotos e lixo urbano. No âmbito da Secretaria, a gente está desenvolvendo o que a gente chama de Plano de Bacia Hidrográfica, complementando as ações de planejamento do Governo do Estado e estudando bacias isoladas, que são essas aqui indicadas. São bacias que já foram feito o planejamento. Esse trabalho inclusive está disponível no site da Secretaria para fazer *download* do trabalho de planejamento dessas bacias e a gente está em desenvolvimento outras bacias. O trabalho com drenagem, tivemos um estágio inicial que a gente procurava resolver um problema de inundação com foco local, sem medir o impacto à jusante. Isso gerou até o agravamento de alguma cheia de córregos. Você canalizava um córrego, prejudicava o curso principal. Faz canalização de um afluente do Tamanduateí, no fim você transfere a cheia daquele afluente para o Rio Tamanduateí. Isso foi uma fase inicial, daí a gente teve, com a construção do Piscinão do Pacaembu, a gente integrou os dois conceitos principais de drenagem, que seria a reservação e o escoamento. A partir dessa experiência bem-sucedida no Pacaembu, a gente procura integrar ações de reservação e de aumento de capacidade de escoamento de maneira a fazer o controle de cheia sem causar problemas à jusante. E a terceira etapa foi integrar isso com um planejamento. O Governo do Estado elaborou o Plano Diretor de Macrodrenagem, que é um marco aqui na cidade para planejamento e isso integrou as ações da Prefeitura e do Estado no controle de cheias nas principais bacias. A gestão da drenagem ela envolve basicamente essas atividades. Como eu falei, o planejamento e de onde devem nascer as intervenções. Dessas intervenções, a gente desenvolve e detalha cada uma dessas intervenções, que geram os projetos de drenagem, reservatórios, piscinões, parques

lineares, uma série deles, que geram as obras e que, por sua vez, têm que ser monitoradas para você continuar o ciclo de planejamento. O monitoramento é feito também por um sistema... Eu vou entrar em detalhes também como é que é feito esse monitoramento das obras de drenagem e essa integração com o planejamento. *(Pode passar)*. O planejamento ele começou com o DAEE, começou e continua com o DAEE dos cursos principais. Vocês devem saber que a Prefeitura faz o trabalho da drenagem das bacias que a gente chama de municipais e o DAEE trabalha com os rios principais: o Rio Tietê, o Rio Pinheiros e também estendeu algumas bacias importantes do Município. Aqui, como exemplo, a gente chama de diagrama unifilar, que é um esquema das obras propostas. Já no início dos anos 2000, esse conjunto de obras foi proposto e a Prefeitura vem executando. Como você pode ver aqui, esses verdinhos já foram implantados - eram as obras prioritárias para a primeira etapa. Os reservatórios, que são esses triângulos aqui, os cor de laranja também já foram implantados e agora a gente está na fase de implantar esses azuis. São obras contratadas, menos esse do quatro, mas o Machados e o Taboão são obras que foram licenciadas. O Taboão deve iniciar no começo do ano. Aqui parece que a gente está propondo só obras estruturais, mas o Plano também integra uma série de ações e outro tipo de intervenções, como proteção das áreas baixas e tal. Eu vou entrar em mais detalhes depois. *(Pode passar)*. Com o DAEE tendo feito as principais bacias, aí cabe à Prefeitura continuar detalhando as bacias municipais. Essas daqui são as bacias que já estão prontas: Jacu, o Cabuçu de Baixo, Mandaqui, Jaguaré, Morro do S, Água Espraiada foi a primeira fase dos Cadernos de Drenagem. *(Pode passar)*. Aqui eu vou mostrar o primeiro Caderno que foi feito: Mandaqui. Vou passar rapidamente só para vocês terem uma ideia de qual é o trabalho. O trabalho conta com a participação de várias Secretarias que têm atividades relacionadas com o trabalho de planejamento de drenagem. E o trabalho ele não é um trabalho fechado, tanto que a gente apresenta mais de uma possibilidade de solução para o controle de cheias. Você vê que o objetivo é fornecer subsídios para o planejamento. Na verdade, se você tem uma bacia já com as propostas concretizadas ou de uma maneira factível, você pode integrar esse planejamento com outras ações de outras disciplinas da Prefeitura, por exemplo, com o sistema de transportes. Você pode fazer um terminal de transportes junto com um reservatório ou pode abrir uma avenida com uma canalização ou pode integrar uma proposta de parque linear com o controle de cheias. O objetivo realmente é integrar, não é impor soluções. Nisso ele é um pouco diferente do PDMAT, porque ele realmente dá alternativas. Em geral, a gente faz

uma alternativa mais estrutural com base em grandes obras hidráulicas, uma alternativa com mais obras naturais. E tem uma obra, um outro tipo de alternativa que seria intervenções mais urbanísticas, ou seja, a gente compara uma obra estrutural com uma obra urbanística, ou seja, você requalificar aquela área e estabelecer usos. Conforme uma área inundável, ele vai ter restrições ao uso pela condição de ser inundável. Muitas vezes vale a pena você restringir o uso ou é mais interessante do que você fazer uma grande obra hidráulica. São essas três linhas basicamente que são estudadas e apresentadas no Plano. *(Pode passar)*. Aqui é a estrutura do Caderno. Tem as diretrizes, a caracterização. A gente tem que pegar os dados de urbanização e de uso do solo para estabelecer quais são as vazões que realmente vão para os córregos. A parcela que infiltra no solo; então, a gente tem que saber a taxa de permeabilidade do solo para a gente definir as vazões de estudo. Nos estudos hidrológicos, eles levam em conta a rede de monitoramento, que depois eu vou entrar em mais detalhes, e aqui é a parte de cálculo e da modelagem. E daí a gente parte para as alternativas propostas, que são medidas estruturais e não estruturais. Estruturais são as medidas efetivamente tanto de parque linear quanto de reservatório, canalização, túnel. São as medidas estruturais. As não estruturais são medidas, por exemplo, de uso e ocupação do solo. Você pode restringir ou estabelecer uma condição de urbanização compatível com uma eventual cheia daquela região. Depois, essas medidas estruturais elas são colocadas no modelo que a gente tem de cálculo, um software que a gente chama de PCSWMM, que esse é utilizado. A gente verifica qual é o impacto para várias chuvas, com várias recorrências diferentes: chuva de dez anos, vinte e cinco anos, cem anos. E a gente vê o risco hidrológico que essas áreas têm nas várias etapas das obras de intervenção dessas obras. E análise custo-benefício do impacto de cada uma dessas obras. É feito o custo da obra. Determinada obra vai ter uma redução da mancha de inundação em tantos metros quadrados e isso é contabilizado ali nesse item. Normalmente, a gente trabalha com uma proposta para vinte e cinco anos, com uma extensão para cem anos. A gente realmente está ainda muito aquém de chegar nos cem anos; então, a gente não procura fazer uma obra para cem anos, uma primeira etapa de obra para cem anos, porque daí o custo seria altíssimo e muitas vezes a gente consegue obter o efeito desejado com obras de vinte e cinco anos. A gente avalia uma etapa final de cem anos, que é a norma que o DAEE adota para propostas de controle de cheia. Daí aquilo que eu falei: a gente tem um item de intervenção urbanística para convivência com as enchentes. Se você faz uma etapa inicial de dez anos, você vai ter áreas inundáveis

para chuvas mais severas. Daí a gente tem uma alguma proposta de convivência com as cheias, até que a obra de cem anos seja feita. Aquilo que eu falei: o Caderno de Drenagem é uma ferramenta de planejamento, não é uma imposição. É uma maneira de integrar as ações: ação de meio ambiente, de transportes, as várias intervenções da cidade com a drenagem e a gente não fazer o que a gente faz de costume no Anhangabaú, por exemplo, que fizeram todas as intervenções e a drenagem foi deixada para depois e nunca foi feita. Aqui eu vou dar o exemplo da Bacia do Mandaqui. Eu vou passar rapidamente só para vocês terem uma ideia do trabalho que é feito. Tem várias plantas temáticas. O Mandaqui é o córrego que vem pela Caetano Álvares. São feitas a caracterização. O principal afluente é o Córrego Lauzane. Ele está fechado mais ou menos até aqui e ele tem um trecho aberto, um trecho de jusante. É importante a gente ver a densidade demográfica atual, tudo isso para a gente caracterizar a bacia. Impermeabilização atual. Isso daqui é meio chocante. E a legislação ela permite, você vê pela cor mais intensa uma impermeabilização drástica dessa bacia e, no caso, o que foi adotado é a possibilidade de impermeabilização futura da bacia. Aqui a gente pega as áreas mais duramente atingidas pelas enchentes, ao longo da Caetano Álvares. Aqui é a Direitos Humanos. São vários levantamentos que servem de fonte. Tem tantos os pontos de enchente, que o CET, CGE fazem o levantamento, quanto observações em campo e depois a modelagem matemática. Daquele problema, a gente leva para o modelo matemático. O que que é esse modelo matemático que a gente chama de PCSWMM? Ele pega e faz o cálculo da resposta que aquela chuva dá, que a bacia dá. No modelo, você põe todas aquelas informações geográficas, coloca as informações hidráulicas das canalizações existentes e o modelo roda com a chuva. Você faz uma chuva menos intensa, uma chuva de dez anos, uma chuva de vinte e cinco e a mais intensa, a chuva de cem anos, e a gente roda e depois começa a brincar com as possibilidades de solução. Quais são as possibilidades? Fazer, no caso, nessa alternativa 2, foi uma proposta do DAEE, fazer um aumento de capacidade de escoamento do próprio canal ou colocar mais reservatórios, que são esses triângulos aqui. Reservatórios e parques lineares são medidas de retenção. Aqui você tem uma alternativa 1, que privilegia a retenção, e a alternativa 2, que privilegia o aumento do escoamento. No caso das propostas que têm um maior impacto urbanístico, o Caderno apresenta inclusive uma ilustração de como poderia ser essa retenção numa área verde. Hoje a área é assim, é uma área de ocupação, com construções irregulares muito próximas, a APP totalmente ocupada e a ideia seria resgatar a APP e colocar, a gente

chama de soleiras esses muros aqui, que eles retêm a água; então, vira toda essa área verde uma área de acumulação e de retenção. Ela funciona, na prática, como um reservatório, só que é uma área verde. Esse aqui é um reservatório de outra concepção. Aqui é uma área mais restrita onde se propõe fazer um reservatório fechado e sobre uma tampa fazer um aproveitamento para uma praça, uma área de lazer. No caso, a proposta apresentada pelo Governo do Estado foi aumentar a capacidade do canal - aqui a Avenida Caetano Álvares, aumentar a capacidade do canal. Ele tem essas vigas de travamento, que elas barram o escoamento nas cheias mais intensas. Então, seria um alteamento dessas vigas, e a gente aproveitou e propôs uma melhoria também, o aproveitamento mais interessante dessa área, como uma urbanização. Hoje não tem nada. No trecho aberto do canal, a avenida não tem vegetação nenhuma, não tem nada; então, a gente pensou em fazer esse tipo de proposta. Aqui a ideia de convivência com as cheias. Você faz, por exemplo, essas duas intervenções e combina com uma condição de zoneamento para a área de uso, compatível com essas cheias. Depois de feito esse trabalho, essas obras são orçadas e é feita a avaliação do custo-benefício para a definição das prioridades. Aqui são os córregos que a gente está em estudo. Esse Sumaré-Água Preta já está pronto. A gente está fazendo o Pirajussara, o Aricanduva e uma parte do dreno do Brooklin deve ser entregue agora no começo do ano. Como eu falei naquela parte inicial da gestão de drenagem, a gente tem o planejamento, que vai gerar as obras, que são as obras ou de escoamento, que são os canais, galerias e túneis; de retenção - reservatórios, parques lineares e lagos, lagos com variação de nível e controle de cheias - e intervenções complementares, que a gente tem principalmente e, infelizmente, a gente tem adotado essa solução para controle de cheia de áreas baixas. São áreas que são atingidas pela cheia dos rios, principalmente do Rio Tietê, do Rio Pinheiros, e é feito um sistema tipo uma Holanda: dique, reservatório, bombas. Não é uma solução ideal, mas é o que é possível fazer. Medidas de controle na fonte, que são micro-reservatórios, piscininhas, poços de infiltração, pisos permeáveis, que complementam um plano de controle de cheias. A gente tem vários tipos de obras de controle de cheias. No caso, reservatórios. No Aricanduva foi feita essa ampliação do canal e tem uma retenção linear na própria canalização. Aqui a construção do Piscinão do Pacaembu. O Aricanduva também. Essa ponte foi alteada para aumentar a capacidade de vazão dela. Uns exemplos de obras que a SIURB tem feito. Essa daqui foi uma canalização do córrego. Essa obra já foi entregue, que integra a canalização, um parque linear, o sistema viário. No caso aqui do Cordeiro também esse reservatório

acabou de ficar pronto. A gente já tem dois prontos, dois reservatórios fechados, e tem algumas obras ao longo da calha também. Essa obra está apenas iniciada. Eu estou mostrando assim para vocês verem que uma obra de drenagem não é uma coisa única. Ela é composta por uma série de medidas. No caso aqui dos Zavuvus, a gente tem um parque linear que foi proposto pela Secretaria do Verde e integrado a essa intervenção, dois reservatórios que fazem com que esse trecho já feito, que já é uma galeria fechada, não haja o impacto de fazer obras aqui num lugar complexo. E esse trecho aqui, que é deficiente. Aqui é a Estação Jurubatuba da CPTM; então, vai fazer um reforço buscando assim o menor impacto, uma retenção ao montante, duas retenções mais pesadas, dois reservatórios. Então aquele trecho ficaria sem intervenção e uma à jusante. (Pode passar). A obra do Aricanduva, que eu mostrei aquele diagrama unifilar. O planejamento da Bacia do Aricanduva veio do Governo do Estado e a Prefeitura tem feito em uma série de etapas. Hoje, temos dois grandes reservatórios que estão contratados. Aqui é um sistema de polderes, que mesmo com todas as obras aqui teriam áreas baixas a serem protegidas. E uma intervenção aqui nesses reservatórios que foram construídos em terra e hoje é uma área que está pouco utilizada. Também foi uma proposta dessa Secretaria fazer um tratamento paisagístico nessas áreas. Esse daqui é o Ipiranga. Também pensando em fazer uma intervenção não em toda a bacia e também não agravar as cheias do Tamanduateí, que já são problemáticas, então se procurou atacar essa área aqui, que é a área do shopping, onde ocorrem as inundações mais graves. Na base de retenções e um pequeno aumento do canal aqui nesse trecho do montante. No caso aqui a gente tem um trabalho na Lagoa Aliperti, que vai ser ampliada e vai ser dotada de estruturas hidráulicas para reter uma parte da cheia nessa Lagoa Aliperti, e um reservatório que já está sendo iniciado. Esses dois compartimentos na alça que vem da Avenida dos Bandeirantes para a Imigrantes. Uma questão que foi muito demandada e que a gente está procurando atacar agora é o uso múltiplo de reservatórios, e o primeiro que aconteceu dessa forma foi o Água Espraiada, que ele inicialmente ele integrava com quadras poliesportivas, uma pista de skate e hoje ele já é um pátio de manobras do Metrô. O lago do Aclimação ele sofreu uma ruptura da estrutura da tulipa de extravasamento do lago, que causou o esgotamento do lago e na reconstrução a gente dotou ele dessa estrutura aqui, que permite a contenção de cheias pela variação de nível do lago. A onda de cheia é conduzida para o lago, que sobe e protege dessa maneira aquela região da Avenida Muniz de Souza. Isso daqui é um exemplo de área verde na China. É um parque construído para retenção; então, ele trabalha com essas

passarelas. Ele tem uma área verde e que na onda de cheia ela fica inundada, sem prejuízo. Ele já é planejado para funcionar dessa forma. Isso existem vários exemplos pelo mundo e são coisas que a gente propõe nos Cadernos de Drenagem e pretende implantar aqui. Eu não sei se o meu tempo se eu estou avançando muito. Só para vocês entenderem, esse daqui é o polder do Jardim Romano. Como é que ele funciona? Toda essa região aqui é o Rio Tietê. Toda essa região aqui fica abaixo da cheia do Tietê. A gente tem duas alternativas: ou tirar todo mundo, erguer o local, fazer um parque ou uma coisa assim ou fazer o dique. Como não foi viável tirar todo mundo, que está uma ocupação muito consolidada, o que que foi feito? Esse polder. O polder consiste de um dique para proteger essa área que vai ficar abaixo do nível do Tietê quando ele tiver alto e daí a água que cai aqui na região ela fica... essa região fica protegida do rio, mas a chuva que cai aqui dentro ela é conduzida por esse canal e por esse canal aqui para um reservatório. E esse reservatório ele por meio de bombas ele lança as águas no Rio Tietê. O polder ele é composto por um dique, por um sistema de drenagem com esses canais, que joga no reservatório e o reservatório por meio de bombas esgota para o Rio Tietê. Como exemplo de medida de controle de cheias, isso foi uma experiência que foi feita no Laboratório de Hidráulica da USP de pisos permeáveis, que é uma das maneiras de você fazer controle na fonte. São medidas para infiltrar mais água, que complementam as medidas... Tem uma série delas, eu acho que não vale a pena detalhar isso. Seria tema de uma exposição específica. O monitoramento também, eu trouxe até uma outra apresentação - se desse tempo, mas eu acho que não vai dar - sobre o sistema de alerta. Na Secretaria também tem um contrato com a FCTH, que mantém o CGE. CGE é o Centro de Gerenciamento de Emergências. O CGE ele faz a gestão do sistema de alerta a enchentes. Esse sistema de alerta ele recebe os dados de radar e os dados de satélite, todos os dados meteorológicos, para fazer uma previsão da chuva. Por exemplo, tal chuva... tem uma previsão de daqui a duas horas tem uma chuva que vai atingir a Zona Leste e com o dado da modelagem e os dados do sistema de monitoramento, nós temos um sistema na rede telemétrica na cidade que mede a pluviometria em tempo real em vários locais da cidade e os níveis, que são os linígrafos. Praticamente todos os reservatórios tem linígrafos e os cursos principais. O linígrafo mostra os níveis dos reservatórios e dos cursos principais. Com base na rede telemétrica - que são todos esses postos de medição -, com base nos radares meteorológicos e os outros dados meteorológicos, como satélite, uma série de coisas, o sistema de modelagem matemática recebe esses dados e a modelagem vai responder com os níveis de

enchente que são previstos para aquela região. A gente tem, com base nesses dados todos, você tem o mapeamento das áreas inundáveis. A gente faz a previsão, que não é só a previsão meteorológica, é uma previsão de enchente. A gente tem que saber qual que é a resposta que aquela bacia vai dar àquele evento previsto. E tem outras atividades aqui, que são o treinamento e consultoria técnica de eventos críticos. *(Pode passar)*. Para essa modelagem, ela depende do cadastro. Eu acho que eu já expliquei. Esse daqui é a imagem do radar meteorológico que fica em Salesópolis. E tem um outro radar no Parque do Estado. Esse radar é de uma abrangência maior e o radar do Parque do Estado é mais concentrado. Esse é o radar banda S e o outro é radar banda X. Você tem todos esses dados meteorológicos, o cadastro das estruturas hidráulicas para a gente saber a resposta que as estruturas hidráulicas vão dar àquele evento crítico. Isso é feito um trabalho grande de calibração, ou seja, o modelo dá um resultado "ah, o Rio Tietê vai encher ou o reservatório do Jabaquara vai chegar na cota tal". Daí a gente compara. Como a gente tem o monitoramento dele, a gente compara os dados teóricos com os dados reais e faz a calibração do modelo. Eu até posso fazer uma apresentação específica, que eu acho que é um tema bem amplo, sobre o sistema de alerta, se vocês tiverem interesse. Outras ações que a Secretaria tem é uma integração com a SABESP, principalmente no programa Córrego Limpo. *(Pode passar)*. Isso é um trabalho que a gente tem feito, tem dado muito bom resultado e a gente tem vários córregos já despoluídos. Não adianta só a SABESP trabalhar nisso, porque tem uma ação da Prefeitura, das Prefeituras Regionais, um conhecimento do sistema de drenagem e isso tem sido um trabalho muito gratificante, até para a gente ver um córrego despoluído. O maior desafio nesse trabalho: já está prometido que o Rio Ipiranga vai ficar despoluído. A gente tem uma série de desafios, porque é uma bacia grande, mas a gente vai ter provavelmente comemorações em 2022 e o córrego tem que estar com peixinho nessa ocasião. É a nossa intenção e a gente está trabalhando, tanto a Prefeitura quanto a SABESP nessa direção. Eu comentei na outra apresentação algumas coisas de renaturalização e é uma questão que tem aparecido bastante. Nos Cadernos, a gente tem posto também algumas propostas nesse sentido. Era isso, muito obrigado.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Obrigado, Senhor Pedro Algodoal. Senhores Conselheiros, está aberto para manifestações, lembrando que quem for fazer uma manifestação, utilizar o microfone e falar o nome e a entidade que representa. Obrigado.

Cons. Lúcio Fleury - Sou o Lúcio Fleury, do IAB. Queria parabenizar pela apresentação, superinteressante. É um prazer estar aqui e presenciar as ações da Prefeitura na proteção dos recursos hídricos da cidade e como isso pode reverter para a qualidade de vida. Mais importante do que a função fundamental de se preservar os recursos hídricos, é ver com isso pode resultar num espaço público de qualidade e nos poucos exemplos que foram mostrados aí, mas é de encher os olhos. É muito bacana ver isso, o *slide* final, até como isso se soma à oportunidade de educação ambiental e tudo isso. Até voltando um pouco na discussão anterior do FEMA, não sei quantos desses projetos se apresentou, eles poderiam até ser implantados com mais eficiência se puderem entrar em algum edital do FEMA para poder expandir mais esses projetos, tanto na criação de parques lineares e de qualquer recuperação de córregos. Esse programa Córrego Limpo já foi apresentado aqui para a gente, é superbacana. É impressionante. Eu acho que não pode faltar recurso quando a gente fala, recurso financeiro quando a gente fala na questão dos recursos hídricos da cidade, que muitas vezes é um problema. Não só na falta de água ou no excesso com as enchentes. Então, está aí uma boa direção para o FEMA, por exemplo. É só como reflexão aqui, aproveitando só queria fazer a deixa que na apresentação anterior a gente vê o tanto do recurso do FEMA que vai para a manutenção dos parques. Frisando a importância da gente planejar melhor a concessão dos parques. Nós no Instituto não somos contra a concessão. A gente vê na apresentação dos recursos do FEMA o quão importante é a gente planejar bem as concessões para a gente poder direcionar os recursos para onde possa ser mais interessante para a cidade. É isso. Obrigado.

Cons. Pedro Algodoal - Eu posso dar um exemplo. A gente está estudando a bacia do Córrego Uberaba, que é o córrego que fica na Hélio Pellegrino. Ele passa no Parque das Bicicletas e ele está despoluído. A água está cristalina. A gente poderia abrir um trecho, no trecho do Parque das Bicicletas, abrir um trecho dele para as pessoas verem e se integrarem, devolver o córrego ao ambiente urbano. A ideia é essa.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Posso fazer só uma consideração? Eu vou concordar com você. A Prefeitura de São Paulo planejou cem parques. Ela implantou os cem parques e não houve continuidade dessa ação nos cem parques. Houve um hiato de quase cinco anos nessa política municipal com relação a isso. A gestão do Município - não quero consideração de quem fez ou deixou de fazer -, mas houve um hiato na política com relação a isso, de gestão das unidades dos parques. Hoje o que nós

estamos sentindo é um acúmulo daquilo que deixou de ser feito nos últimos quatro, cinco anos em termos de investimentos, várias ações. Houve uma estratégia de cem parques, que foi muito acertada no nosso ver. Aliás, a política municipal hoje inclusive com essa questão do SAPAVEL, do projeto de expansão das áreas verdes, que, aliás, a SIURB vai e integra essa visão que a gente entende como planejamento, mas precisa ter continuidade. Infelizmente, nós não tivemos e aí acumulou os problemas. Houve uma descontinuidade do que foi planejado nas ações da própria Prefeitura. Todos nós hoje estamos sentindo - tanto o cidadão como a própria gestão da cidade - está sentindo realmente os efeitos de ter esse hiato nessa política que foi iniciada lá atrás. Só para aproveitar as suas considerações e fazer uma reflexão, temos que buscar soluções com relação a isso.

Cons. Pedro Algodoal - Quando a gente fizer o lançamento desses quatro Cadernos que estão em elaboração no início do ano, a gente pode também trazer aqui para o CADES e apresentar essas quatro bacias, se vocês tiverem interesse.

Cons. Marc Bujnicki Zablit - Marc, da CIRANDA. Parabéns pela apresentação. Faço minhas as palavras do Fleury. Realmente é um trabalho muito meritório e importante para a cidade. A minha dúvida é se existe um cronograma para a realização desses Cadernos em todas as áreas do Município e se existe uma participação da sociedade civil nas áreas correspondentes quando vocês fazem a elaboração dos Cadernos. É mais essas perguntas.

Cons. Pedro Algodoal - Na verdade, a gente faz via Prefeituras Regionais. Eles participam da elaboração e buscam também insumos da própria coletividade e depois quando ele termina, é feito um evento público e isso é publicado também para *download* o trabalho, mas não é uma obra fechada. Você viu que tem várias alternativas e os Cadernos se prestam a atualizações e a incorporar novas possibilidades, porque você tem o modelo instalado na bacia, então é relativamente simples você fazer alguma adequação. Por exemplo, tal área a gente vai dar uma outra destinação e a possibilidade de fazer um parque aqui ou fazer um reservatório ou fazer..., entendeu?

Cons. Marc Bujnicki Zablit - E existe um cronograma para cobrir todo o território do Município com esses Cadernos?

Cons. Pedro Algodoal - Essa Administração ela tem no programa de obras entregar vinte Cadernos. A gente está meio atrasado, porque o ano passado faltou recursos; então, a

gente atrasou um pouco, mas a intenção é entregar esses quatro, que foram feitos esse ano, no início do ano e tem mais... eu acho que tem sete ou oito para fazer no outro ano. Mas são vinte o programa de obras.

Cons. Marc Bujnicki Zabłith - Você poderia fornecer aqui para o CADES depois a lista desses Cadernos previstos.

Cons. Pedro Algodual - Eu acho que eles estão no Programa de Metas, mas eu posso mandar, sim. Tem uma previsão inicial, às vezes muda alguma coisa. Por exemplo, tem um evento específico chuvoso e tem dois que a gente já está trabalhando: o Anhangabaú e o Tremembé, que são os primeiros que a gente vai fazer esse ano, que já estão iniciados. E o Tiquatira e o Mooca também. Esses a gente já está finalizando, editando os quatro que eu citei e já trabalhando nesses outros; mas eu posso passar, sim.

Cons. Marc Bujnicki Zabłith - Obrigado.

Cons. Rosélia - Eu vou passar a palavra para a Hélia, ela quer fazer uma pergunta para o Pedro.

Hélia – DEPLAN - Obrigada. Hélia, do DEPLAN. Em primeiro lugar, cumprimentar o Pedro, porque é sempre muito bem-vindo esse diálogo que tem entre as Secretarias e essa disposição de articular efetivamente as soluções que sejam aquelas mais sustentáveis possíveis, mas tem a questão: como que, já que a gente está tratando, está no âmbito do Plano de Saneamento, como que se pretende incorporar essa proposta que você trouxe, todo esse trabalho que você trouxe, se incorporar efetivamente essa questão, esse tema, no Plano de Saneamento, porque até os Cadernos de Drenagem eles trazem algumas soluções alternativas, com um custo bastante diferenciado, com complexidade também bastante diferenciada entre uma e outra solução, mas como que se pretende incorporar? A gente tem a expectativa de que de fato se opte por aquelas soluções que sejam as mais sustentáveis, aquelas mais integradas do ponto de vista da preservação, da ampliação de área verde, de uma efetividade das soluções de drenagem para a cidade. Deu para entender?

Cons. Pedro Algodual - Deu. No Plano de Saneamento, a gente está colocando; como a Secretaria está com um plano de obras bastante extenso, obras já contratadas e em início de execução, a gente não tem muita possibilidade de incluir muitas coisas dessas que estão planejadas. O Secretário está buscando algumas parcerias, algumas outras

fontes de financiamento, mas a prioridade é concluir as obras que estão iniciadas. E no Plano de Saneamento, a gente está propondo em termos de plano de obras só as que estão realmente iniciadas e que têm fonte segura de financiamento. Agora, como linhas gerais de planejamento, o Caderno ele está conversando com o Plano de Saneamento. Eu trabalho bastante com o Marco Palermo e essa parte eu tenho participado bastante do Plano de Saneamento, mas o Plano de Saneamento é muito mais generalista, digamos assim, e o Caderno de Drenagem é mais específico. Agora, nem um nem outro são plano de obras. O plano de obras é um pouco diferente, é uma outra esfera. Não sei se deu para entender.

Cons. Sônia Hamburger - Sônia, do Centro-Oeste 1. Eu agradeço bastante a apresentação. Acho que para a gente, inclusive, as duas apresentações do saneamento e da drenagem dão um quadro da complexidade que é essa integração do serviço público com as águas. O ponto importante do nosso futuro são as águas. Eu acredito que a gente tem um direcionamento aqui e também nas Secretarias de recuperar, a possibilidade de alguma recuperação da impermeabilidade do solo em São Paulo e, portanto, da defesa das águas, porque São Paulo tem muitas águas, muitas águas. Lá no Morro do Querosene, da onde eu sou, que a gente sabe, a gente tem pelo menos cinco nascentes. É um morrinho pequenininho. São cinco ruas e cinco nascentes. Eu queria entender também nessa perspectiva se existe uma possibilidade de pensar também em destapar os córregos, fazer um movimento de abertura dos córregos e, junto com isso, uma reurbanização. Se existe esse pensamento também em SIURB.

Cons. Pedro Algodual - Claro, tanto que eu falei. Eu citei o exemplo da Bacia do Uberaba. O Córrego Uberaba ele passa dentro do Parque das Bicicletas. Ele vem ali do Tribunal de Contas, passa nesse percurso, a gente vê uma possibilidade de abrir ele. O Córrego Uberaba já está limpinho. É uma medida que está proposta no Caderno, inclusive. Tem um outro trecho de um dos afluentes, chama Córrego das Éguas, também. Tem até uma proposta - vou até fazer um *spoiler* do Caderno do Uberaba - a gente fez uma avaliação de abrir a própria Hélio Pellegrino, abrir o canal. É que daí vai ter muita resistência, mas é uma ideia e daí fazer na Hélio Pellegrino, restaurar o Córrego Uberaba. É claro que tudo isso tem um monte de implicações, tem ciclovias, tem o sistema viário, tem um monte de coisas, mas é possível. No Água Preta, ele passa dentro do SESC Pompeia, num local que teria um atrativo enorme. É que o Água Preta ainda está poluído. A gente também no Córrego Limpo demandou a despoluição do Água Preta e

daí ele poderia ser aberto nesse trecho do SESC Pompeia e em outros trechos também. A gente sabe que a população ali do bairro, da Pompeia, já demanda isso. Eles tiveram uma ação de restaurar nascentes e tal e eu acho que as obras têm que seguir nessa linha, tem que acompanhar essa tendência de integrar os cursos d'água à cidade, devolver eles para a cidade. Eles foram escondidos e agora a gente devolve.

Cons. Sônia Hamburger - Obrigada. Eu queria aproveitar que você falou da população, que eu acho que essa questão da participação e da integração da população como um todo nesses pensamentos e nessas decisões é muito importante, porque a gestão ela tem quatro anos e a sociedade civil ela não tem quatro anos. A sociedade civil ela persiste e quanto mais a sociedade civil estiver organizada e puder participar dessas decisões e se empoderar da responsabilidade, inclusive, da sustentabilidade da cidade, a gente vai ter muito mais garantia de que programas não sejam interrompidos. Quando a gente defende muito a participação da sociedade civil; e é uma das coisas que a gente está defendendo nessa questão da concessão dos parques, porque o edital de concessão dos parques não passa pela sociedade civil e a sociedade civil, principalmente com relação aos parques, está organizada para participar disso, é exatamente essa questão. Se a sociedade civil está ciente de quais e fizer junto com o poder público, a gente tem uma garantia de melhores resultados.

Cons. Pedro Algodual - Sem dúvida. Eu vou citar dois exemplos. Teve um caso ali na Cesário Mota, ali perto da Santa Casa, que a galeria rompeu. Ali passa o Córrego Anhanguera. Rompeu e daí os moradores falam "puxa, passa um córrego aqui". E daí começou também uma demanda nesse sentido: vamos abrir o Córrego Anhanguera. O Parque Augusta também, que tem uma mobilização da população e tal, a Rua Augusta era um córrego, um afluente do Anhangabaú. Também "puxa, então vamos fazer o Parque Augusta e fazer uma abertura do córrego". Isso já está brotando em vários lugares da cidade. Eu acho que cabe à gente levar adiante, buscar recursos para viabilizar esse tipo de projeto, sim.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Algum Conselheiro cede a palavra?

Carlos - Me chamo Carlos, faço parte do CADES da Vila Mariana. Mais ou menos nessa linha que foi colocado aí, só queria levantar a questão que tudo funciona à base custo-benefício. Acho extremamente importante mesmo que obras não sejam viáveis no momento, acho que projetos em paralelo têm que já ser estudados, analisados e

propostos, mesmo que não seja viável de imediato. Mesmo essa questão dos parques. É interessante já se mobilizar para apresentar soluções também, porque às vezes só a reivindicação não é suficiente. É importante, mas também apresentar já propostas viáveis. Independente do que seja viável na situação, na circunstância atual, acho que é importante desenvolver projetos e propostas concretas, quer dizer, bem fundamentadas do ponto de vista técnico para na eventualidade de ser viável, você ganhar tempo nesse processo de desenvolvimento e implantação. É só isso.

Cons. Pedro Algodoal - Concordo inteiramente. Por isso que os Cadernos já estão apresentando uma proposta, uma arte, como eu mostrei como exemplo, para levar isso, procurar motivar tanto o financiamento da obra quanto o detalhamento da intervenção.

Cons. Sônia Hamburger - Sônia, do Centro-Oeste 1. Sobre os Cadernos. Desculpe, eu cheguei atrasada, peço mil desculpas. Os Cadernos eles têm um *status* de plano, quer dizer, ele vai propor uma ação que vai passar pela Câmara, pode virar um plano que seja um plano que ultrapasse uma gestão?

Cons. Pedro Algodoal - Sim, ele não tem esse caráter que você disse, porque a gente não engessou esses Cadernos. Eles têm mais de uma possibilidade. Eu acho que para passar na Câmara teria que ter uma proposta única para cada bacia. Não, aqui eu vou fazer um piscinão, aqui eu vou fazer um parque. Como ele não tem esse caráter, a gente chama de um instrumento de planejamento só, mas ele é oficial da Prefeitura, sim, ele está no site da Secretaria para todo mundo fazer *download*. Tem um monte de estudantes até usando isso para trabalhos científicos e tal e também para... Por exemplo, que eu citei o Vale do Anhangabaú. Quando foi feito o corredor ou o trabalho do túnel e tal, não havia um planejamento para essa bacia. Cada órgão que interveio no Anhangabaú fez com uma visão setorializada. Então, eu vou fazer só urbanismo, o outro eu vou fazer só transporte. O Caderno ele vem "não, se você for intervir na Bacia do Mandaqui, eu já tenho propostas". Então, você tem que contemplar de alguma forma a drenagem, se você for fazer uma intervenção na Caetano Álvares. A ideia é essa. É um instrumento de planejamento, a gente chama.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Senhores Conselheiros, mais alguma manifestação?

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Eu posso fazer?

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Por gentileza.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Eu queria agradecer a sua apresentação, Pedro. Eu acho que a gente, nesse espaço do Conselho, estamos promovendo, iniciando ou apresentando o que de fato se pensa com relação a esse tema tão precioso na questão dos recursos naturais e, principalmente, na questão dos recursos hídricos, demonstrando, inclusive, qual é a visão que a Prefeitura tem, a visão do corpo técnico, da proposta do que se imagina. Porque muita gente não sabe, às vezes, porque o que a gente sente são os erros, o que o cidadão sente na pele são os danos e os danos são, com certeza, efeito daquilo que não foi bem planejado no passado. Você está citando o caso do Anhangabaú, do 9 de Julho, enfim. Para não incorrer mais nesses erros, tem se pensado e é muito bom também. Além de colocar a visão do engenheiro civil, do conhecimento da engenharia, o conceito de obra natural, de aproveitar o máximo, de interceder menos, incorporar o conceito da retenção - não só de escoamento, mas de retenção nas obras e no conceito do natural. As suas imagens que você apresentou: "olha, isso é bacana lá na China". A gente olha e fala "bom, isso aqui é um natural, é o que a gente quer". Acho que esse é um desafio que a Prefeitura está se propondo a fazer. Aliás, não esquecendo que nós temos aqui no nosso Plano de Metas a questão das obras sustentáveis, que se inclui toda essa visão que a gente está discutindo aqui. Eu queria aqui agradecer de fato e também sugerir que vocês façam uma apresentação do serviço do CGE, que é importante para nós, principalmente para os CADES. Muita gente não sabe nem o que temos de informação, como se acessa ao processo de alarmes e desastres naturais, que os Conselhos, nas Subprefeituras, o Regional, pode ser importante instrumento de mobilizar em alguns momentos em que a gente precisa da sociedade. É importante também ter esse conhecimento. Em nome da Secretaria, agradeço a sua apresentação e, com certeza, teremos outras oportunidades. Muito obrigado.

Cons. Pedro Algodoal - Eu que agradeço e agradeço pela oportunidade, porque parte do trabalho realmente é divulgar o trabalho. Não adianta ele ficar na nossa estante lá, ele realmente tem que ser usado. Obrigado.

Cons. Rosélia - Só uma coisa ainda, Pedro. Queria que você mostrasse o seu último *slide*. É possível? Eu queria só frisar que naquelas fotos que ele mostrou tem um parque linear lá, que foi feito pela SEHAB, é na obra da SEHAB, que não é na China. É feito por um chinês.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - É que eu não quis dizer da obra, mas sim do conceito.

Cons. Rosélia - Esse núcleo São Rafael, do Parque Linear Caulin, que é um pequeno núcleo. Aquela parte da mata faz parte do parque também, que é uma área que foi desapropriada e aí esse trabalho que foi feito na várzea desse rio, que vai dar na Represa Guarapiranga. Só para ressaltar que temos aqui em São Paulo também. São pequenos exemplos.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, às 11:16, na 207ª reunião plenária ordinária do CADES, no dia 12/12 de 2018, nós temos quórum nesse momento. Devido à falta de quórum das reuniões anteriores, abrimos para discussão e votação das Atas da 205ª e 206ª reuniões plenárias ordinárias do CADES. Alguma observação, alguma correção? Coloco em votação a Ata da reunião 205ª. Os Conselheiros que aprovam a Ata da 205ª reunião plenária ordinária do CADES, permaneçam como estão. A 205ª reunião plenária ordinária do CADES está aprovada por unanimidade. Coloco em votação a Ata da reunião 206ª. Os Conselheiros que aprovam a Ata da 206ª reunião plenária ordinária do CADES, permaneçam como estão. A Ata da reunião 206ª reunião plenária ordinária do CADES está aprovada por unanimidade. Passamos para o terceiro ponto da ordem do dia, sugestões para pauta da próxima reunião e assuntos gerais, ressaltando que nós temos a Câmara Técnica de Pauta, que é um órgão muito importante. Seria interessante que os nossos Conselheiros pudessem prestigiar essa Câmara, que ela traz esses assuntos para a nossa reunião do CADES. Eu gostaria de frisar mais uma vez a importância dessa Câmara Técnica. Os interessados é só procurar-nos.

Cons. Marc Bujnicki Zabliith - Queria usar a palavra. Em início de 2017, foram aprovadas as diretrizes para a destinação dos recursos do FEMA. Em início de 2018, foram aprovadas as diretrizes para a destinação dos recursos do FEMA. Eu sugiro que primeira reunião de 2019 a gente também refaça essa discussão para rediscutir o direcionamento dos recursos do FEMA. Meio como uma conclusão dessa reunião, eu gostaria de manifestar algumas questões a respeito dessa questão, que é o seguinte: eu acho que existem diversas razões para que a gente não utilize os recursos do FEMA para custeamento de despesas ordinárias. Acho que a primeira questão que precisa ser ressaltada é a questão ambiental. A principal fonte de recurso do FEMA é compensação ambiental, como bem o Fleury destacou. A gente está tendo uma redução de bens e serviços ambientais da

cidade em alguma medida para que essa compensação ambiental seja gerada. Investir esse dinheiro em zeladoria e questões de segurança não acrescenta em nada os bens e serviços ambientais da cidade. Lógico, é importante para o funcionamento dos parques, mas existe uma incongruência entre o uso de recursos de compensação ambiental e o gasto em despesas ordinárias. É uma questão evidente e inclusive eu acho que isso poderia ter implicações jurídicas que a gente precisa estudar e que a gente não pode se omitir. Acho que o CADES e a sociedade civil não podem se omitir diante de uma perda do estoque de bens e serviços ambientais da cidade. Se a gente continuar assim, no futuro a gente vai discutir os danos que a gente assistiu sem fazer nada. Inclusive acho que é importante essa retomada do FEMA para finalidades especiais, para a gente poder continuar na agenda de aumentar parques, pensar nos próximos cem parques na cidade. A gente tem doze milhões de habitantes e precisa de áreas verdes. Acho que uma outra razão para que o FEMA deixe de utilizar os recursos para fins ordinários é uma questão de gestão pública. Não faz sentido a gente ter o CONFEMA, ter uma estrutura de governança própria para cuidar de gastos ordinários da Administração Pública. É gastar energia à toa. Se o FEMA virar um fundo para despesas ordinárias, ele não precisa existir, senão também pode ser o Fundo de, sei lá, o FORMA, O PROFORMA, o Fundo de Despesas Ordinárias do Meio Ambiente, porque realmente não faz sentido o FEMA continuar existindo. É isso. Eu acho que a gente precisa fazer uma defesa enfática do uso do FEMA para finalidades estratégicas, que vão realmente reverter em ganhos ambientais para a cidade. E se essa é uma questão política que precisa ser debatida na Câmara, então, a gente precisa enfrentar isso. Se é necessário levar essa questão para o Prefeito, vamos levar para o Prefeito, vamos levar isso para a Câmara dos Vereadores, mas a gente não pode se omitir. Obrigado.

Cons. Sônia Hamburger - Sônia, do Centro-Oeste 1. Eu queria complementar que eu acho que a gente precisa colocar em pauta aqui no CADES uma ação efetiva - nós, que batalhamos aqui pela sustentabilidade - com relação ao orçamento da cidade e à destinação de orçamento para a Secretaria do Verde e para ações de sustentabilidade. Eu já cheguei a discutir isso no CONFEMA, exatamente por conta dessa questão, porque por não ter dinheiro num lugar pega dinheiro de outro, mas eu acho que é uma batalha que a própria sociedade civil apoiaria e eu acho que a gente tem que ir atrás, como Conselho, desses apoios e fazer uma ação junto ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo para aumentar a destinação de recursos para o meio ambiente. Talvez seja um bom ponto de pauta. Eu tenho mais dois pontos de pauta que eu queria pedir: um é

que seja apresentado, porque se falou tanto das concessões do parque... Eu acho que a Secretaria de Desestatização tem que vir fazer uma exposição e os Conselheiros poderem questionar os editais que estão sendo propostos.

Cons. Cristina Palmieri – Eu queria colocar - Cristina Palmieri, da UGT - alguns pontos que eu ressaltai até em reuniões anteriores, até em outra gestão também, que eu acho pertinente. Primeiro ponto: seria a participação, mesmo que como observadores, os CADES Regionais, porque nós estamos discutindo situações pontuais. E essa participação, fazer o convite e enviar as pautas também de forma formal para os CADES Regionais, que têm ações sendo desenvolvidas e têm que ter uma relação de mão dupla, de eles saberem o que está acontecendo aqui, de trazer para cá e a gente também retribuir as pautas. Eu tenho aqui uma sugestão vinda do CADES da região Sul e um deles é da Vila Mariana, de trazer a proposta aqui para fazer uma apresentação do projeto que eles estão desenvolvendo, as principais ações do CADES Vila Mariana, que é o MiT. Teria que ser uma reunião onde eles poderiam apresentar as principais ações e seguida do MiT, que é essa visão sistêmica, que é a relação de você ter uma ferramenta onde o Poder Público e a sociedade se conversem. Os projetos deles são muito bonitos, como corredores verdes de polinização, a questão das calçadas. São questões que a gente está vendo no dia a dia, tendo resultado positivo com a sociedade. Então, para poder também levar para os outros CADES. A sugestão, depois dessa aprovação de pauta, se não for em janeiro, para fevereiro, março. E uma questão que tem uma relação de forma direta: a questão das enchentes em São Paulo é a informação. A informação em relação a isso, é, por exemplo, teve um grupo para um evento na Avenida Imigrantes, parou para colocar gasolina e, de repente, em cinco ou dez minutos, o córrego encheu. E tinha um carro com uma criança, um bebezinho, na frente e a mulher estava apavorada, porque pegou logo em seguida, na frente do Plaza Sul, e quase ali acontece um acidente, porque cada carro queria virar para um lado para sair daquela situação. Como a gente pode ter uma ação que informe aquela situação? Não tem os painéis de trânsito? Trânsito congestionado, isso e aquilo? Nesses pontos críticos da cidade, pensar em projetos assim, para as pessoas não serem pegadas de uma forma drástica que possa ocorrer, que isso é uma situação, vamos dizer, previsível que vá acontecer. Então, de evitar um acidente mais grave. A outra, da saúde ambiental, que eu acho importante colocar aqui, que nessa época de chuvas tem a questão dos animais sinantrópicos, os ratos, e tem a questão dos mosquitos. Como a gente pode com os CADES Regionais levar as informações? Porque todos têm rede e a rede, hoje em dia,

é uma forma, as redes sociais, de você multiplicar. Está uma infestação ali na região, por exemplo, do Jabaquara. Você vê rato de dia, coisa que nunca aconteceu antes. Por que que está acontecendo isso agora? São questões que a gente começa a olhar. É por causa da feira? Por causa do Centro de Convenções? O que está acontecendo? De quem é essa responsabilidade? Nós podemos conversar com os outros Conselhos, conversar com as outras Secretarias para poder colocar aqui e pontuar essas situações. É uma demanda que eu estou trazendo dos CADES, da Cidade Ademar também. Obrigada.

Carlos - É só uma colocação em cima do que a Cristina falou. Lá no CADES da Vila Mariana isso já foi aventado: uma eventual apresentação das ações, de tudo, inclusive para estimular a ação dos outros CADES. À parte disso, a gente sempre recebe, inclusive estimula os outros CADES a participar das nossas reuniões, para poder ter um início, porque às vezes eles são pessoas que estão sozinhas, sem muita motivação ou mesmo ainda não formaram um núcleo. Eu acho que é importante essa integração para poder passar um pouco das experiências, das boas e das más, que a gente passa também para os outros CADES. A gente está sempre aberto a isso; é só questão da gente se programar. Eu acho que vale à pena disseminar esse tipo de experiência porque pode servir como um estímulo para as outras unidades.

Rute Cremonini (Secretária Executiva) - Obrigada. Rute, Secretária Executiva do CADES. Eu acho que a gente precisa retomar algumas ações, porque esses encontros de trocas e conhecimentos e boas práticas e práticas nem tão boas assim, já aconteceram em nível municipal e regional, por cinco vezes. Nós tivemos cinco encontros da cidade - tem várias pessoas aqui que participaram. Nisso também nós temos um hiato, Secretário, e que nós precisamos falar sobre CADES. A Comissão de Pauta também já havia conversado de trazer os CADES Regionais até para a Comissão de Pauta, para que a gente possa trabalhar com esses interesses. Não regionalizando a discussão para casos ou casos, mas fazendo essa dupla mão, como você tem falado, como você acabou de falar. A experiência do CADES Vila Mariana tem sido bastante exitosa. Hoje, o grupo do CADES Vila Mariana tem sido referência para outros CADES. Eles têm sido convidados a falar, as pessoas dos outros CADES vêm para as ações do CADES Vila Mariana. Então, está sendo uma proposta maravilhosa de ser disseminada. Eles fizeram uma apresentação na semana passada desse projeto e, conversando com a Lara, que é um

dos membros do Ecobairro, a gente já tinha isso em meta colocar em pauta a apresentação aqui no âmbito do CADES. Obrigada.

Cons. Sônia Hamburger – Sônia, do Centro-Oeste 1. Eu queria inclusive perguntar o que que acontece com os documentos que os CADES Regionais, encaminham para a Secretaria e para o CADES Municipal, porque eu tenho notícia de dois documentos que foram encaminhados e que, pela notícia que eu tive, foram respondidos, apesar de que os CADES Regionais não receberam ainda a resposta, mas não chegaram aqui na nossa plenária. Um deles, inclusive, é sobre a avaliação dos Conselhos, que eu queria até aproveitar que o Jabs está aí para a gente colocar em pauta um retorno desse projeto que está sendo desenvolvido junto a FGV. Se a gente pudesse ter um retorno, porque o Jabs fez uma apresentação inicial. Se a gente pudesse ter um retorno disso no ano que vem, acho que seria muito importante, porque todo mundo pergunta; ontem mesmo já me perguntaram.

Rute Cremonini (Secretária Executiva) - É Rute Cremonini, Secretária Executiva do CADES. Sônia, quando é colocado para o CADES, vem para a pauta do CADES em algum momento. Quando é interno para a Secretaria, os Departamentos respondem os questionamentos e encaminham para outros Departamentos. O último que nós recebemos no âmbito do CADES foi do Conselho Gestor do Parque Ibirapuera. O Conselho do Jockey mandou para o CADES também?

Cons. Sônia Hamburger - Não, o Conselho do Jockey não. Quem mandou foi o Conselho do Parque Previdência mandou e o CADINHO também do Butantã mandou. E a notícia que eu tive é que teria sido respondida essa do CADINHO, mas nem eles receberam, nem a gente recebeu aqui.

Rute Cremonini (Secretária Executiva) - Como Secretária Executiva eu vou verificar.

Cons. Sônia Hamburger - Obrigada.

Cons. Jabs Cres - Só uma informação. Em relação a esse estudo em relação aos Conselhos, já tivemos uma... a última reunião foi quarta-feira passada, dia 5, e está terminando a questão da apresentação. Provavelmente eles falaram que vão finalizar isso. Na verdade, apresentar uma prévia. Teoricamente, nós cobramos eles antes do dia 21, Ok, para que eles apresentem uma prévia ainda este ano, mas o prazo deles mesmo está para fevereiro do ano que vem a entrega do projeto. É isso.

Cons. Sônia Hamburger - E a gente pode pautar uma apresentação aqui?

Cons. Jabs Cres – Não, assim que estiver pronto vai ser conversado com a sociedade civil, vai ser marcado uma audiência pública, tudo bonitinho. Para ouvir todo mundo, discutir. Isso aí já está na agenda e no radar, fica tranquila. Eu só estou esperando receber, para poder analisar, para a gente poder sentar e conversar. É só essa questão aí que tem que acontecer antes. Obrigado.

Rute Cremonini (Secretária Executiva) - Rute Cremonini. Nós temos também duas pautas aprovadas na reunião passada, que é a reestruturação e o PLANPAVEL. PLANPAVEL especialmente previsto para fevereiro.

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Sem mais considerações, passo a palavra para o Presidente da Mesa, Ricardo Viegas.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – Primeiro eu queria fazer algumas considerações. A Câmara Técnica do CADES que trata da pauta tem alguma proposta para a próxima reunião? Essas considerações que foram colocadas aqui estão contidas nessa proposta? Estão. Eu acho que a gente precisava canalizar todas as sugestões que são dadas aqui. Não, só para entender se está sendo feito isso, porque às vezes a gente fala e não combina e não organiza. A gente precisa fortalecer esse canal que temos, da Câmara Técnica que foi criada no CADES para tratar da pauta. Se todas essas demandas que foram apresentadas aqui estão contidas na pauta do CADES.

Cons. Renate Nogueira - Renate Nogueira, da Zona Sul e Presidente da Câmara Técnica. A nossa proposta é fazer a reunião da Câmara Técnica de elaboração de pauta sempre uma quarta feira depois da reunião do CADES; então, já seria na próxima quarta-feira. A gente já senta durante umas duas horas mais ou menos, sempre no mesmo horário e local.

Cons. Renate Nogueira - Nós estamos pegando tudo que é comentado aqui e estamos colocando dentro de uma lógica. Inclusive, é uma lógica que a gente quer apresentar aqui para ficar mais fácil para todo mundo entender exatamente qual é o nosso papel. Então, reunião de pauta na próxima quarta-feira, considerando todos os itens, têm vários para fevereiro já. Obrigada.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Acho que é uma tarefa a menos para a gente aqui discutir, inclusive incluindo a discussão que você está pontuando sempre do FEMA.

Eu queria lembrar que existe um representante do CADES no CONFEMA. E tudo isso que está sendo apresentado aqui está sendo discutido e com o conhecimento do CADES. E eu acho que é importante a gente ser transparente e a ideia, viu Conselheiro, é transparência. Nós não estamos aqui em nenhum momento, não há nenhum desvio de conduta. E, aí, eu queria garantir a você que, antes de qualquer decisão que nós tomemos em relação a isso, aliás, em relação a todas as ações que foram adotadas foram mediante orientações jurídicas da Administração, que no passado não teve e desta vez nós tomamos o cuidado de nos basear em cima disso. Ela é questionável, ela é discutível. Aliás, não esquecendo que o FEMA é criado por lei, está certo? Aliás, tem outros Fundos que não foram operados ainda. Por exemplo, nós não temos um Fundo de Parque. Por que que não existe Fundo de Parque? Ninguém conseguiu me responder até hoje. Está na lei; e que é um apêndice do FEMA. Não está criado. São coisas, são ações que a gente deve aprimorar e entender qual é o funcionamento, até para que fique muito claro e transparente para que a gente explicita quais são as ações, porque o dinheiro é público. Não é um dinheiro nosso; é um dinheiro público, que tem várias fontes: de contribuição, de multas, de compensação. Isso é uma responsabilidade do Poder Executivo e compartilhado. O Fundo tem de ser compartilhado. Existe o CONFEMA, que participa das decisões e isso precisa ser muito transparente. Eu queria aqui reforçar e tentar conduzir para que qualquer mal-entendido fique muito claro, utilizando os mecanismos que a gente tem de organização. No CONFEMA, nós temos o CADES e temos os CADES Regionais. Nós precisamos exercitar esse espaço que a gente tem com relação ao que foi instalado por legislação. Eu só fiz essa consideração para tentar conduzir principalmente essa sua preocupação, que é uma preocupação que nós temos também. E os caminhos que forem legais, os caminhos que forem de forma organizacional ser conduzido. O CADES participa do CONFEMA e de suas discussões. E a pauta, enfim, vamos discutir quais são as ações que o CONFEMA, que o FEMA fará na pauta, colocamos na pauta do CADES. Não há nenhum problema em relação a isso.

Cons. Marc Bujnicki Zabliith - Meu nome é Marc, CIRANDA. Queria só fazer brevíssimos comentários a esse respeito. Só queria ressaltar que a probidade do FEMA e do CONFEMA e do uso dos recursos públicos em nenhum momento está sendo colocada em questão. Em relação ao aspecto jurídico acho que são construções de interpretação que são feitas ao longo do tempo. Que fique bem claro que eu não estou questionando a higidez das decisões que foram tomadas. Eu acho só que é uma questão de melhorar procedimentos e melhorar interpretações para o futuro, buscando o interesse público.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Sempre um lado crítico, como gestor, a nossa apresentação precisa ser um pouco mais aprimorada e isso é um exercício que a gente internamente vai fazer uma autocrítica, para ver como se apresenta, para ficar um pouco mais claras as coisas, como estão definidas e o que está acontecendo. Tem muita coisa que ainda não aconteceu no chão; está na licitação ou está esperando. Isso é um questionamento que a própria gestão faz. Você fica com um dinheiro reservado num fundo e não usa por quê? Tanto é que este ano nós tomamos a decisão de repassar o que é do FEMA para as obras do SIURB para tentar acelerar o gasto do dinheiro, porque às vezes não gasta. Você coloca lá e fica parado e, aí, “mas é que eu não tenho equipe para fazer licitação”. Sempre tem uma desculpa. Aí o Secretário da Fazenda olha para o orçamento e fala “Por que esse dinheiro está parado aqui e não gasta?” Só para te colocar as dificuldades que a gente tem e são desafios para a gente ir aprimorando a execução de um Fundo, que não é tão fácil. Aliás, a cidade, felizmente, tem alguns Fundos muito bons. Por exemplo, o FMSAI que a gente participa, que aliás, ele é bastante generoso por conta das obrigações que a SABESP faz na sua contribuição no FMSAI. Todas as obras, quando o Pedro fala aqui da SABESP, elas vêm com obrigações na contribuição do Fundo Municipal que, aliás, a Sônia participa do FMSAI, e mais alguém, eu não sei. Eu acho que essa dinâmica do Fundo precisa ser, quer dizer, quanto mais aprimorar melhor, mais transparente para a gente corrigir. Levando em consideração a pauta, para mim acho que esse assunto está colocado. Considerações finais. Primeiro: vou sugerir a pauta para a próxima reunião de 2019; a pauta não, a data. E aí, as informações que nós temos é que em janeiro normalmente não teve reunião do CADES. É isso? Todos concordam com isso? Quer dizer que, em janeiro, não fazemos reunião do CADES. Proponho a primeira semana de fevereiro. Que tal?

Cons. Sônia Hamburger - Posso? O CADES é sempre na terceira quarta-feira, não? Não dá fazer na terceira quarta-feira de janeiro?

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Não, primeiro eu sugeri o seguinte. Eu estou pegando aqui informações históricas: janeiro nunca ocorreu. É isso? Estou sugerindo aqui, perguntando ao Conselho: fazemos uma reunião em janeiro? Quem é a favor e quem é contra? A favor: dois, três, quatro, cinco, seis. Agora a gente tem de olhar um pouco do Conselho como um todo. Quantos? Levante de novo: um, dois, três, quatro, cinco, seis. Quem não é a favor, por favor levante o braço: um, dois, três, quatro, cinco. Vocês

podem levantar, vocês são Conselheiros. Eu quero saber quem é contra janeiro. Eu não combinei nada. Eu mesmo gostaria que fosse em janeiro, mas eu não vou falar.

Cons. Alessandro Azzoni - Posso falar?

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Pois não.

Cons. Alessandro Azzoni - Eu acho assim. Se tiver pauta, eu acho que os Conselheiros comparecem, mas...

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) – Pauta vai ter.

Cons. Alessandro Azzoni - Para você trazer as pessoas em janeiro para cá, tem de ser alguma coisa que realmente seja substancial. Não simplesmente uma pauta genérica, mas uma coisa bem substancial para que a gente possa tomar algumas decisões. Somente, só para ter a reunião, eu acho irrelevante.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Nós não estamos discutindo a pauta. Nós estamos discutindo se vai ter reunião em janeiro ou fevereiro. Primeira pergunta que eu fiz: quem é a favor de janeiro levante o braço. É isso que eu queria ouvir um pouco o plenário, porque...(voz ao fundo) Não, eu estou consultando.

Cons. Sônia Hamburger - Ricardo, deixa só eu perguntar. Você tinha proposto na primeira semana de fevereiro e aí a gente teria duas reuniões em fevereiro?

Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral) - Gente, se for janeiro, vai ser dia 16 de janeiro, se for fevereiro, dia 20. Nós vamos seguir o mesmo regulamento que nós estamos seguindo até hoje. Não seriam duas reuniões. Estou colocando para vocês o seguinte: se for, se a assembleia que aqui hoje quiser que tenha em janeiro, vai ser dia 16, seguindo o que nós temos seguido até hoje, terceira quarta-feira do mês. Se for fevereiro, vai ser dia 20. O que nós precisamos definir aqui: quem quer que em janeiro tenha reunião levante a mão, que será dia 16. Ponto pacífico isso. Nós temos quantas pessoas? Deixa a mão levantada, por favor. Um, dois, três, quatro, cinco pessoas. Quem quer que seja em fevereiro, por favor, levante a mão. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito. Você não votou? Você vai se abster? Tá. Onze pessoas. Venceu fevereiro, isso? No dia 20 de fevereiro nós voltamos com os trabalhos do CADES .

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Então, combinada a data? 20? A pauta vocês vão definir. Incluindo a pauta e inclusive o calendário de 2019, é isso? A pauta, a Câmara Técnica de Pauta prepara.

Cons. Cristina Palmieri - Posso fazer uma colocação? Por que é a terceira quarta-feira do mês? Tem algum significado? Não pode ser a primeira, ou a última? Porque é meio truncado. Eu estou fazendo uma proposta aqui de ser a primeira quarta-feira de cada mês. Dá para verificar se existe essa possibilidade da agenda? Porque no início do mês é melhor para fazer reunião.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Bom. Está deliberado então dia 20 de fevereiro.

Cons. Cristina Palmieri - Essa sugestão pode ser revista?

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - No decorrer da próxima... Lá em fevereiro a gente discute.

Cons. Cristina Palmieri - Mas verificarem da possibilidade de ser a primeira quarta.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Não, quando fizer o calendário para o ano que vem a gente pode pensar a consulta se há possibilidade de fazer isso.

Cons. Cristina Palmieri - Obrigada.

Luiz Ricardo Viegas (Secretário Adjunto) - Bom. São as considerações finais, é isso? Tá bom. Bom, eu queria então primeiramente agradecer a disponibilidade de vocês de estar presentes neste Conselho e a disposição, as observações, as críticas elas sempre são norteadoras para quem está fazendo gestão. Pelo menos para mim, elas servem e eu, como Secretário Adjunto, em parceria com o Eduardo, com o Chefe de Gabinete, o Ravena, a gente conduziu a Secretaria de uma forma muito combinada. Em meu nome, eu digo que a gente fica muito satisfeito de ter essas participações, os conflitos, as discussões, enfim, isso é extremamente saudável. Isso mantém o Conselho, vivo. Isso é muito importante. Eu queria agradecer de fato a participação dos Senhores. Dizer que 2018 foi um ano com muitos desafios, de alguns ajustes que a gente enfrentou em termos orçamentários, em termos de ajustes administrativos na gestão. Tivemos erros, tivemos acertos. Estamos tentando para 2019 errar menos, tentar acertar um pouco mais. E, para isso, nós estamos propondo, já propusemos ao Prefeito uma reforma administrativa da Secretaria, que já está no Gabinete do Prefeito e a gente espera que nos próximos dias

esteja publicada a reforma administrativa da Secretaria, colocando todas as suas ações, organizar a casa que, infelizmente, nos últimos anos, ela foi recebendo muita atribuição, muitas obrigações, desde licenciamento do Estado, recebendo unidades, parques, mais parques do que a gente estava preparado. Demandas da sociedade com relação a itens, como, por exemplo, a questão da arborização urbana que a Secretaria, ao longo dos anos, ficou sempre tangenciando esse tema. Temas como relação à questão das mudanças climáticas. Melhorar um pouco mais os nossos quadros. Enfim, a Secretaria, e mais fortemente, um item que sempre deixou a desejar e que tem muita falha, que é a fiscalização ambiental, que esse também será um ponto forte da Secretaria neste novo formato que a gente apresenta. A gente está com muita expectativa para 2019 colocar no chão essa organização. Colocar as estruturas de pessoas, recursos financeiros nos seus lugares adequados, para que a gente tenha um desempenho melhor para o ano que vem. E aí, com certeza, os Senhores terão, logo na primeira semana - aliás, fica aqui também como pauta a apresentação da reforma administrativa para o Conselho, para mostrar como a Secretaria vai se posicionar, quais serão os projetos, que isso já está muito claro quais são as estratégias, qual é a forma organizacional que a Secretaria estará se preparando para os desafios para o ano que vem. Eu tenho muito boa expectativa, há um compromisso do prefeito Bruno Covas com relação à agenda ambiental. Isso nos deixa muito tranquilos, apesar de toda a insegurança no cenário nacional, se discute, se está no Acordo de Paris ou não, se a agenda ambiental é importante ou não. Aqui na gestão municipal está muito claro o nosso compromisso com relação às questões ambientais. O Prefeito, recentemente, numa reunião das vinte cidades em Buenos Aires, praticamente no mesmo momento que tinha terminado as eleições nacionais, com o Jair Bolsonaro eleito, ele se posicionou claramente de que a cidade de São Paulo vai continuar com os compromissos que nós assinamos nos acordos internacionais de 2030. Nós estamos construindo neste ano de 2019 um plano de ação para 2050 com relação à questão das emissões da cidade de São Paulo. Nesse sentido, a gente fica muito seguro em trabalhar e motivar toda a cidade de São Paulo, os cidadãos de São Paulo, para estarem conosco nessa tarefa que é, de fato, transformar o compromisso em ação. Eu desejo que nós estejamos juntos o ano que vem e que tenham todos um Feliz Natal, com muita paz, e um 2019 próspero para a cidade de São Paulo e para todos nós. Muito obrigado.

LUIZ RICARDO VIEGAS

Secretário Adjunto da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e
Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável- CADES

Conselheiros(as) presentes:

ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI

CHARLOTTE TROESTSCHEL

DÍLSON FERREIRA

FÁBIO DE ALENCAR IÓRIO

FATIMA CRISTINA PALMIERI

FRANCISCO GALLEGO PEREIRA

IVO CARLOS VALÊNCIO

JABS CRES MAIA SANTOS

JULIO CÉSAR BESSA MONQUEIRO

JOSÉ EDILSON MARQUES DIAS

JOSÉ ROBERTO HASELMANN PAULO

LILIANE GLAESSEL RAMALHO

LUCIO F. DE OLIVEIRA BICHARRA

MAGALI ANTONIA BATISTA

MARC BUJNIKI ZABLITH

MEIRE FONSECA DE ABREU

PEDRO LUIZ DE CASTRO ALGODOAL

RICARDO DA SILVA BERNABE

ROSÉLIA MIKIE IKEDA

VIVIAN M. DE AZEVEDO MARQUES

SÔNIA HAMBURGER

Conselheiros Suplentes presentes:

MÔNICA MASUMI HOSAKA / RENATE SCHIMITT NOGUEIRA

Conselheiros com justificativa de ausência:

ÂNGELA MARIA BRANCO / CECILIA RODRIGUES DE BARROS / MARINEIDE SANTOS SILVA /
ROSA RAMOS / RAUL ALEIXO FERNANDES / THOBAS CORTEZ FURTADO / WALTER PIRES

Secretária Executiva: Rute Cremonini de Melo

Coordenador Geral: Devair Paulo de Andrade